

Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito

José Marcos Pinto da Cunha*
Cláudio Salvadori Dedecca**

A Região Metropolitana de São Paulo sofreu uma série de transformações nas últimas décadas, dentre elas a forte interrupção de seu crescimento populacional. Neste artigo pretende-se mostrar que, na dinâmica demográfica regional, a redução dos fluxos de migração tem como paralelo a precarização e a instabilidade das condições de trabalho da população e em particular do migrante, que cada vez menos consegue se inserir nos setores mais ativos da economia. As evidências empíricas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1992, 1995 e 1998 constituem um quadro amplo e atualizado das tendências migratórias da região, além de contribuir para um debate extremamente importante, que deverá ajudar a desmistificar o impacto e as conseqüências da migração para a região, considerados negativos pelo senso comum, particularmente em relação ao mercado de trabalho.

Nos últimos 20 anos, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) passou por grandes mudanças socioeconômicas e demográficas. Além da desconcentração da atividade produtiva, que de certa maneira seguiu a tendência nacional, a região experimentou uma sensível deterioração das condições materiais de vida de seus habitantes, expressa pelo aumento da pobreza e da concentração de renda, pela explosão dos problemas habitacionais e de infra-estrutura e, sobretudo, pela precarização progressiva das condições de inserção econômica de sua população. Muito provavelmente em decorrência dessas mudanças, foram observadas também alterações demográficas importantes na região, que podem ser sintetizadas na forte interrupção de seu crescimento populacional, a qual teve como fator decisivo a redução dos fluxos migratórios.

A despeito dessas transformações, a RMSP continua mantendo seu fetiche como área de “promessa” de uma vida melhor, em razão de concentrar grande parte de riqueza nacional e porque muitos dos estados historicamente “exportadores” de população, em particular os do Nordeste, não conheceram transformações que induzissem justificar uma redução significativa de sua evasão demográfica. Diante desse quadro, cabe perguntar: o que de novo pode ser observado no processo migratório dessa área metropolitana?

Uma das respostas para essa questão está no fato de que, diferentemente do ocorrido no passado, a região retém cada vez menos a população que recebe. Se é certo que a Região Metropolitana de São Paulo é ainda a principal porta de entrada dos migrantes que se dirigem para o estado, é também verdade que esse papel tem sido

* Demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

compartilhado cada vez mais com outras áreas do interior paulista e do país e que o número de pessoas que permanecem na região está longe daquele registrado no passado. Uma característica nova, portanto, é o crescimento de sua emigração, marcado, em especial, pelo retorno das pessoas aos seus estados de nascimento. Parece lógico argumentar que tal comportamento esteja, em grande medida, ligado à perda de capacidade regional em absorver os migrantes, especialmente em termos econômicos.

A década de 90 apresenta-se como um período de grande interesse para se discutir a relação entre mercado de trabalho e migração, uma vez que nela parece terem se consolidado certas manifestações já prenunciadas na década anterior. Um dos objetivos deste artigo é argumentar que o novo contexto da migração não pode ser tomado como a raiz dos problemas de trabalho na RMS, uma vez que, dada a perda de sua capacidade de absorção para o mundo do trabalho, ela empurra os migrantes para os segmentos mais periféricos e também mais precários do mercado de trabalho local. As novas características do processo de absorção do migrante não sugerem a ocorrência de mobilidade ocupacional que pudesse permitir, mesmo a longo prazo, alguma perspectiva de inserção em segmentos econômicos mais dinâmicos, nos quais o trabalho conta com alguma proteção social.

Nesse sentido, este artigo difere, em certa medida, dos vários estudos já realizados a este respeito no anos 70 (Mata *et al.*, 1973; Costa, 1975; Martine & Peliano, 1980; Merrick & Graham, 1981) e para os anos 80 (Jannuzzi, 2000), uma vez que sua preocupação central não é necessariamente identificar as diferenças entre indivíduos segundo a condição migratória. Aliás, quanto a este aspecto, os resultados aqui apresentados, como se verá, apenas reforçam os achados dos estudos anteriormente mencionados. Na verdade, o que se busca com este texto é, principalmente, mostrar de que maneira a migração pode estar afetando o mercado de trabalho metropolitano, particularmente em um período

de tantas transformações, e, portanto, situar um pouco melhor a discussão sobre a relação entre os dois fenômenos.

Talvez menos explícito nos objetivos deste estudo esteja um desejo dos autores de contribuir para a retomada de uma discussão que, além de demográfica ou econômica, é social e política. Discussão tão bem tratada por autores como Singer (1977), que contra-argumentou considerações do então prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, sobre o papel nocivo da migração para a governabilidade ou equilíbrio das grandes cidades.

Assim sendo, as evidências empíricas aqui apresentadas, baseadas nos dados das PNADs de 1992, 1995 e 1998, além de fornecerem um quadro amplo e atualizado das tendências migratórias da região, permitem contribuir para desmistificar o impacto ou consequência da migração para o mercado de trabalho regional, que, via de regra, o senso comum considera negativo. Nosso estudo sugere que os migrantes, longe de representarem uma ameaça para o mercado de trabalho local, um fator de agravamento de problemas como desemprego, acabam sendo importantes para a composição da estrutura ocupacional regional, na medida em que são incorporados principalmente em ocupações menos qualificadas e mal remuneradas, muitas delas importantes para o funcionamento da sociedade. Considerados “pau pra toda obra”, os migrantes metropolitanos não podem, portanto, ser responsabilizados pela desestabilização do mercado de trabalho local.

A migração na Região Metropolitana de São Paulo: uma breve visão do processo nos últimos 30 anos

Como se mostrou em trabalho anterior (Cunha, 1998), o Estado de São Paulo experimentou nos anos 80 e 90 uma redução significativa tanto de suas taxas quanto dos volumes de imigração, alterando, de certa forma, uma de suas características mais marcantes em décadas anteriores: a de maior pólo de atração do país. Claro que ainda hoje o estado continua atraindo

grandes levas de migrantes. Contudo, já não resta dúvida quanto à redução dessa força atrativa, bem como do impacto que a migração tem sobre o seu crescimento demográfico, particularmente tendo em vista o crescimento significativo da migração de retorno para áreas tradicionalmente emissoras de população.

É lógico pensar que, sendo a Região Metropolitana de São Paulo responsável por pouco menos da metade da população estadual, parte importante das transformações no comportamento migratório paulista refletiu o ocorrido nessa área.

De fato, muitas das características da migração na RMSP são semelhantes àsquelas registradas para São Paulo: além da diminuição do volume total de imigrantes do período 1970-80 para 1980-91 e, conseqüentemente, da taxa de imigração (de 2,31% a.a. para 1,13% a.a.), também foram registrados números bem menores de migrantes provenientes de Minas, Paraná, do Norte e Centro-Oeste [...] e, da mesma forma, volumes ainda elevados de pessoas provenientes do Nordeste, muito embora também inferiores aos da década anterior. (Cunha, 1998)

A Tabela 1 mostra com clareza a modificação do perfil migratório da RMSP. Percebe-se que o volume de imigrantes interestaduais¹ para a região sofreu uma forte redução nas décadas de 80 e 90, quando comparado ao dos anos 70. Essa tendência refletiu-se também na redução do crescimento demográfico regional – de uma taxa de 4,46% a.a. para 1,45% a.a. – e, sobretudo, dos ganhos populacionais decorrentes do processo migratório. Se, nos anos 70, a migração líquida (diferença entre entrada e saída de migrantes) atingiu mais de 2,2 milhões de pessoas, entre 1991 e 1996 essa cifra “despençou” para valor negativo próximo a 36 mil pessoas.

Deve-se acrescentar à redução para quase a metade dos imigrantes provenientes de outros estados o movimento observado nos anos 80 de intensificação da emigração. Os dados censitários para as décadas de 70 e 80 mostram que o volume de pessoas que deixaram a Região Metropolitana de São Paulo rumo a outras unidades da Federação quase duplicou, passando de um total de 527 mil para mais

TABELA 1
Imigração interestadual segundo local de residência anterior²
Região Metropolitana de São Paulo – 1970-1998

Residência Anterior	Período		
	1970/80	1981/91	1988/98
Nordeste	1.181.391	1.069.896	1.093.826
Minas Gerais	392.597	213.543	203.834
Paraná	379.720	110.169	124.917
Resto da Reg. Sul	38.469	28.572	45.970
Outros*	261.164	196.222	253.294
Total	2.253.342	1.618.402	1.721.841

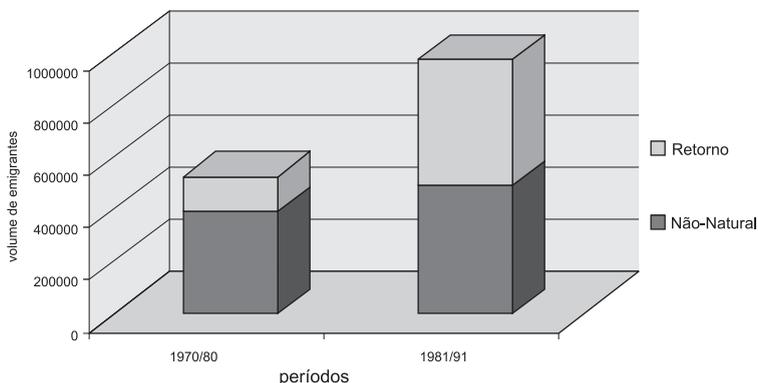
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNAD 1988 (Tabulações especiais do NEPO/Unicamp).

* Inclui “Brasil sem especificação” e “estrangeiros”.

¹ Neste artigo, o “migrante interestadual” é definido como o indivíduo com menos de dez anos de residência no Estado de São Paulo. Para efeito das análises a serem feitas, os migrantes interestaduais serão ainda divididos em “recentes” (com menos de três anos de residência) e “antigos” (entre três e nove anos de residência).

² Os valores aqui utilizados derivam-se da definição do migrante como “o indivíduo não natural do município onde residia há menos de dez anos no momento do censo”, considerando, portanto, dentre os migrantes intra-estaduais, aqueles provenientes de outras unidades da Federação que realizaram pelo menos uma mudança de município dentro do estado. Na verdade, para a migração interestadual, o volume mais adequado a se considerar seria aquele obtido a partir da definição do migrante como “o indivíduo não natural de São Paulo com menos de dez anos de residência nesse estado”. Nesse caso, o volume obtido para a período 1981-91 seria de 2.305 mil migrantes interestaduais e não os 2.127 mil que derivaria da soma das várias UFs discriminadas na Tabela 1. Infelizmente não se dispunha do mesmo dado para 1980, razão que levou a se optar pela primeira definição de migrante.

GRÁFICO 1
Volume de emigrantes segundo condição de naturalidade.
Região Metropolitana de São Paulo, 1970/91



de 975 mil – o que, em termos de taxas, representou uma elevação de 0,5% a.a. para quase 0,7% a.a. Não se pode deixar de mencionar que parte significativa desse aumento da emigração regional deveu-se ao incremento da migração de retorno, que se intensificou nos anos 80. Como se observa no Gráfico 1, o aumento da emigração desencadeada na RMSP tem uma forte relação com o incremento da participação de migrantes retornados para seus estados de origem. Na verdade, os dados apontam que se na década de 70 menos de 25% daqueles que deixavam a área eram pessoas que voltavam para seus estados natais,

nos anos 80 essa proporção sofreu um forte crescimento, chegando a 49,2%. Infelizmente, tanto os dados da PNAD quanto os da Contagem de População de 1996 não permitem esse tipo de estimativa para a década de 90. No entanto, a contar pelo comportamento do Estado de São Paulo, que registrou um aumento espetacular do volume de migrantes retornados aos seus lugares de origem (de cerca de 669 mil no período 1981-91 para 1,2 milhões entre 1988-98), a migração de retorno desde a RMSP deve ter mantido sua importância. Além disso, o peso relativo deste tipo de migração nas perdas populacionais não

GRÁFICO 2
Imigrantes interestaduais segundo lugar de última residência - RMSP, 1970/80

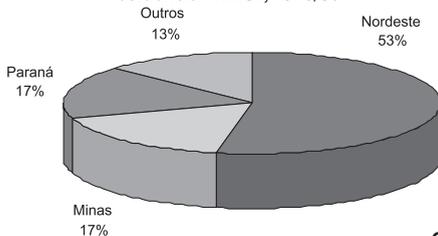


GRÁFICO 3
Imigrantes interestaduais segundo lugar de última residência - RMSP, 1981/91

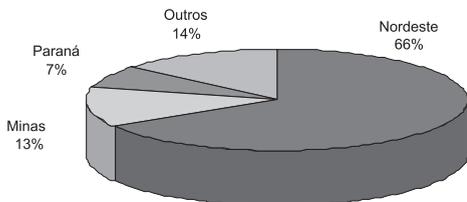
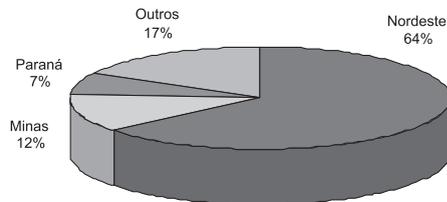


GRÁFICO 4
Imigrantes interestaduais segundo lugar de última residência - RMSP, 1988/98



apenas continuou importante como cresceu de 45%, na década de 80, para cerca de 60% nos anos 90.

A tendência de aumento das perdas populacionais também pôde ser observada em nível intra-estadual. Enquanto cerca de 451 mil pessoas residentes há menos de dez anos nos municípios paulistas do interior declararam, nos anos 70, ter residido anteriormente na RMSP, essa cifra ultrapassou a casa das 656 mil pessoas no período 1981-91.

Como se pode observar na Tabela 1 e nos Gráficos 2, 3 e 4, a redução da imigração interestadual para a RMSP foi um reflexo da importante queda da emigração desencadeada em estados tradicionalmente exportadores de população, como Minas Gerais e Paraná, tendência também constatada na emigração gerada no Nordeste, embora com uma intensidade menor. Enquanto os volumes de pessoas recebidos dos primeiros dois estados caíram, respectivamente, 48% e 67% entre os anos 70 e 90, para o Nordeste essa queda foi de apenas 7%, evidenciando a relevância desse fluxo para o comportamento migratório da RMSP ainda no período atual.

É justamente na manutenção dos volumes de imigração proveniente do Nordeste que reside, provavelmente, a questão mais interessante para se entender o fenômeno migratório contemporâneo na RMSP. A redução dos fluxos provenientes de Minas Gerais e Paraná pode ser interpretada não como uma recuperação das principais áreas de expulsão nesses dois estados (como o Vale do Jequitinhonha e o norte do Paraná), mas como um redirecionamento desses movimentos principalmente para as respectivas zonas metropolitanas, que cresceram significativamente nos últimos 15 ou 20 anos. No caso do Nordeste, particularmente para estados como Pernambuco, Ceará, Bahia e Paraíba, São Paulo

continua sendo um destino importante, muito embora a novidade hoje seja a volta em maior intensidade.

O caso nordestino, portanto, talvez seja o que melhor espelhe a situação atual do processo migratório da Região Metropolitana de São Paulo: se, por um lado, a situação no lugar de origem pouco tem se alterado de maneira a permitir uma maior absorção desses migrantes, por outro lado, na zona receptora – no caso, a RMSP – aprofunda-se progressivamente o quadro de incapacidade de retenção dessa população mobilizada. De fato, as condições objetivas para esse poder de retenção, como o desempenho do mercado de trabalho formal (e até mesmo informal), a oferta de moradias e serviços sociais básicos como saúde e educação etc., vão se tornando cada vez mais difíceis de se concretizarem ante a inequívoca debilidade e impotência do poder público. É considerando esse contexto que se deve buscar entender essa nova realidade migratória metropolitana no que se refere aos movimentos interestaduais, cuja principal característica seria a continuidade dos fluxos de imigração, acompanhada agora de uma taxa de retorno mais significativa.

A redução da imigração interestadual para a RMSP veio atrelada também a uma sensível mudança no perfil socioeconômico dos migrantes.³ Embora a “migração da pobreza” tenha sido a regra em todo o período considerado, nos anos 80 e 90 já se pôde observar uma certa melhoria das condições gerais dos migrantes. Se, por um lado, essa melhora pode ser em parte atribuída, por exemplo, à redução dos fluxos de migrantes originários de algumas das áreas mais pobres de Minas Gerais e Paraná, por outro lado ela também pode e deve ser entendida, primeiro, como um reflexo das mudanças nas condições gerais da população brasileira nos últimos 30 anos e, segundo, como uma resposta do

³ É sempre bom lembrar que quando se trata de analisar as características dos migrantes deve-se ter sempre em mente o fato de que os dados de tipo censitário espelham a situação no momento do levantamento e, portanto, podem não representar as reais condições dos migrantes quando estes chegaram ao destino, já que somente se tem a informação dos “sobreviventes”, ou seja, aqueles que não morreram e – o que é mais importante – não reemigraram. Para maiores detalhes ver Martine (1980).

TABELA 2
Imigrantes segundo renda per capita familiar e anos de estudo
Região Metropolitana de São Paulo – 1970-1998

Renda per capita	1970/80	1981/1991	1988/98
S/ rend.	1,61	3,17	
< 0,68 SM*	23,13	30,83	17,98
0,68 a 2 SM	50,14	36,51	45,62
2 a 5 SM	19,60	22,71	24,49
5 a 10 SM	4,00	4,28	7,42
> 10 SM	1,51	2,50	4,50
Anos de Estudo**	1970/80	1981/1991	1988/98
até 1 ano	31,22	16,66	12,30
2 a 4 anos	44,81	35,34	23,56
5 a 8 anos	16,98	31,09	35,36
9 e mais	6,99	16,92	28,78

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNAD 1998 (Tabulação especial, NEPO/Unicamp).

* O valor 0,68 SM corresponde à linha de pobreza vigente para 1992 para a RMSP.

** Considera apenas pessoas com 15 anos ou mais de idade que declararam anos de estudo.

processo migratório às transformações do mercado de trabalho que, como se sabe, tem excluído cada vez mais os trabalhadores de baixa qualificação.

Nesse sentido, os dados da Tabela 2 apresentam resultados aparentemente contraditórios, já que mostram um certo empobrecimento dos imigrantes que chegaram na região nos últimos 30 anos, ao mesmo tempo que revelam uma sensível melhoria de sua instrução. De fato, se a proporção de migrantes vivendo abaixo da linha da pobreza saltou de menos de um quarto dos migrantes, nos anos 70, para mais de um terço, nos anos 80 e 90, no caso dos anos de estudo o que se observa é que o número de migrantes com escolaridade superior ao primário completo cresceu significativamente.

É provável que essa aparente contradição reflita, por um lado, um efeito geracional, tendo em vista a melhoria das condições educacionais da população brasileira,⁴ e por outro, as transformações do mercado de trabalho metropolitano que, se em sua face “formal” se especializa cada vez mais, exigindo um maior preparo do

trabalhador, em sua face “informal” precariza-se de tal maneira que acaba relegando grande parte da população (e dos migrantes) a posições de baixa qualificação e pessimamente remuneradas.

A migração da década de 90

Embora capaz de explicitar a transformação do processo migratório na Região Metropolitana de São Paulo, a análise anterior, realizada para períodos decenais, poderia fornecer um quadro mais preciso da situação migratória metropolitana caso os dados estivessem disponíveis para períodos de tempo menores. Não obstante os migrantes identificados nos Censos pudessem ser classificados por tempo de residência, permitindo, portanto, uma “periodização” da migração, sabe-se que tal procedimento padece de uma série de inconvenientes derivados dos problemas intrínsecos das pesquisas de caráter retrospectivo, entre eles o fato de captarem apenas os “sobreviventes” de um determinado processo ou período (por exemplo, o intercensitário). Tendo em vista

⁴ Além desse efeito geracional, esse tipo de comparação também tende a ser influenciado pela composição etária da população. Contudo, acredita-se que tal efeito seja minimizado, primeiro, pelo fato de os dados referirem-se apenas a um subgrupo populacional (população adulta jovem) e, segundo, porque, dada a forte seletividade da imigração para a RMSP, a estrutura etária dos migrantes não se tem alterado significativamente.

que alguns migrantes morrem e muitos outros reemigram, acredita-se que o dado por tempo de residência não refletiria o real volume das coortes migratórias.⁵

Nesse sentido, a existência, nos anos 90, de um conjunto de PNADs com informações sobre migração⁶ faz com que essa década seja um período único e privilegiado para se observar a migração para períodos menores que os tradicionais intervalos intercensitários. Pela primeira vez na história da estatística socioeconômica brasileira é possível acompanhar a migração ao longo da década em curtos períodos de tempo sem ter de recorrer ao limitado e discutível recurso da classificação dos migrantes por tempo de residência. Na análise que se segue, propõe-se observar a evolução do fenômeno migratório da RMSP em três períodos trienais a partir do uso das PNADs de 1992, 1995 e 1998, com o objetivo de obter uma visão mais nítida sobre o comportamento do fenômeno ao longo da década.⁷

Os dados considerados abaixo referem-se aos migrantes de um período de nove anos, contudo, com a particularidade de se referirem a três períodos distintos – não sobrepostos –, retratados em três PNADs distintas. A definição de “migrante

recente” adotada corresponde à situação daquele indivíduo com menos de três anos de residência no Estado de São Paulo e com domicílio na RMSP no momento das respectivas pesquisas domiciliares. Serão considerados os períodos 1989-92, 1992-95 e 1995-98.

Como se observa na Tabela 3, embora tendo sofrido algumas alterações nos períodos observados, o volume da imigração para a RMSP permaneceu elevado ao longo dos anos 90. Os dados mostram que o volume de pessoas com menos de três anos de residência no Estado de São Paulo e com domicílio na região atingiu um total de mais de 517 mil pessoas no triênio 1989-91, tendo diminuído no triênio seguinte (457 mil) para aumentar novamente entre os anos 1995 e 1998. Mesmo considerando que estes valores estejam afetados por algum tipo de erro amostral, não deixa de ser interessante o fato de o final dos anos 90, ao que tudo indica, ter sido um momento de um pequeno recrudescimento da imigração para a região metropolitana.

Como fica claro no Gráfico 5, a queda da imigração na primeira metade da década foi reflexo da redução da imigração recebida de Minas Gerais e do Nordeste. O pequeno crescimento dos volumes recebidos

TABELA 3
Imigrantes recentes segundo residência anterior
Região Metropolitana da São Paulo – 1989-1998

Residência Anterior	1989/92	1992/95	1995/98
Nordeste	346.555	326.281	281.909
Minas Gerais	74.884	39.652	70.259
Paraná	23.104	28.912	37.300
Resto do Sul	16.732	5.783	13.876
Demais UF's	43.016	43.780	32.098
Países Estrangeiros	13.541	13.216	45.106
Total	517.832	457.624	480.548

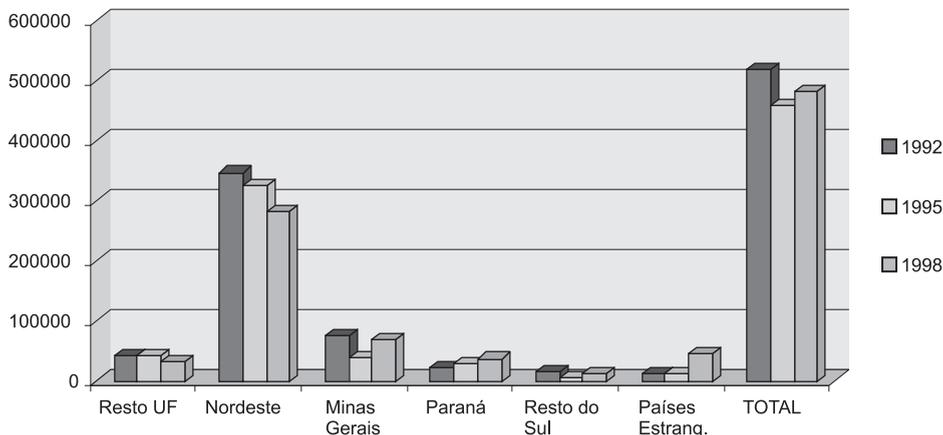
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNAD 1998 (Tabulação especial, NEPO/Unicamp).

⁵ De maneira análoga ao uso do termo na Demografia para grupos de nascidos vivos, entende-se por “coorte migratória” o conjunto de migrantes que chegaram em um determinado momento em uma área específica. Assim sendo, é fácil imaginar o efeito que a mortalidade e a reemigração teriam sobre esse número depois de alguns anos de realizado o movimento.

⁶ Os dados sobre migração começaram a compor o corpo básico das PNADs a partir de 1992. Daí em diante tem-se dados para os anos de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1998, o que representa um grande avanço em relação à situação de escassez – em termos de regularidade de dados – das décadas anteriores.

⁷ Logicamente, o corte de três anos para observar a migração é arbitrário (poderia ter sido um ano). Contudo, se por um lado buscava-se captar a migração mais recente, de maneira a estimar os volumes de migração em vários momentos da década, por outro lado, considerações de ordem amostral envolvendo as PNADs aconselhavam usar um agrupamento razoável de migrantes por tempo de residência, de maneira a evitar problemas com a expansão da amostra.

GRÁFICO 5
Imigrantes com menos de 3 anos de residência em São Paulo.
Região Metropolitana de São Paulo, 1992-98



pela RMSP no último período analisado coincide com uma recomposição dos fluxos de mineiros e com uma certa tendência de aumento dos fluxos de paranaenses, que vinham decrescendo nos anos 80. A grande novidade a ser ressaltada foi o crescimento expressivo da imigração proveniente de outros países.⁸

Deve-se apontar que a retomada da imigração de mineiros e paranaenses contrasta com a continuidade da queda da imigração dos nordestinos, que foi o grupo que menos reduziu sua emigração para a RMSP nos anos 80. Embora uma interpretação desses aspectos fuja do escopo deste trabalho, vale a pena especular sobre uma possível exaustão do ímpeto de crescimento e desenvolvimento econômico das regiões metropolitanas de Curitiba e Belo Horizonte, que muito provavelmente explicaria o redirecionamento dos fluxos ocorrido nos anos 80. No caso do Nordeste, mesmo com uma redução significativa, a região continua sendo a principal zona de origem dos movimentos migratórios que chegam à RMSP.

Cabe ainda explicitar que a composição da migração por lugar de origem dos imigrantes pouco se modificou com relação à situação observada a partir dos dados dos Censos de 1980 e 1991 (Gráfico 5). Ou seja, Nordeste,⁹ Minas Gerais e Paraná continuam sendo, nos anos 90, as principais zonas de origem dos migrantes que buscam a RMSP.

Percebe-se, portanto, que a imigração para a RMSP no período 1989-91 manteve-se em níveis elevados, a despeito do desempenho de sua economia e, sobretudo, das transformações de seu mercado de trabalho, que, como será mostrado, oferece poucas e cada vez mais precárias chances de trabalho ao migrante.

Infelizmente, como já se adiantou, os dados da PNAD não permitem estimativas da emigração desde a Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, a contar pelos dados do Estado de São Paulo, certamente estas saídas, se não sofreram um aumento, mantiveram-se em níveis elevados. Basta observar sua taxa de

⁸ O aumento da imigração com origem em outros países será motivo de um estudo mais detalhado, a ser realizado em outro momento. Contudo, algumas tabulações já realizadas mostram o que já se desconfiava, ou seja, que tal recrudescimento não se deve apenas a um aumento da entrada de estrangeiros (cujo contingente com menos de três anos de residência em São Paulo aumentou em cerca de 335% em 1998, comparativamente aos volumes de 1992 e 1995), mas também a um incremento de mais de 177% do retorno de brasileiros nos três anos que antecederam a PNAD 1998. De fato, de mais de 45 mil imigrantes provenientes de outros países registrados em 1998 (contra cerca de 13 mil em 1992 e 1998), mais de 61% eram brasileiros.

⁹ Sabe-se também que, dentro do Nordeste, estados como Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba seriam as principais áreas de origem desse migrante.

crescimento conhecida para o período 1991-96 (1,4%), bem inferior à registrada em seus tempos áureos.

Algumas características demográficas dos migrantes

A análise da composição por sexo e idade da população migrante permite que se perceba o caráter altamente seletivo da migração interestadual que chega à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Existe uma grande concentração dos migrantes nas idades inferiores aos 40 anos (Gráfico 6). Muito embora a categoria “menores de 18 anos” seja a de maior peso, sugerindo

fortemente que boa parte da migração pode ter um caráter familiar,¹⁰ percebe-se que o grupo de pessoas em idade altamente produtiva, particularmente aquelas entre 18 e 24 anos, acaba representando mais da metade daqueles que chegaram à RMSP.

Estas observações não representam grande novidade e apenas reproduzem aquilo que os dados dos Censos Demográficos há muito já apontavam. Na verdade, tal seletividade mostra uma vez mais que, no caso de São Paulo, e em especial de sua região metropolitana, a migração tem uma forte motivação econômica, não obstante a ampliação progressiva do fosso entre o que o migrante almeja e vislumbra

GRÁFICO 6
Imigrantes interestaduais por sexo e grupos etários com menos de 3 anos de residência em São Paulo Região Metropolitana de São Paulo, 1992

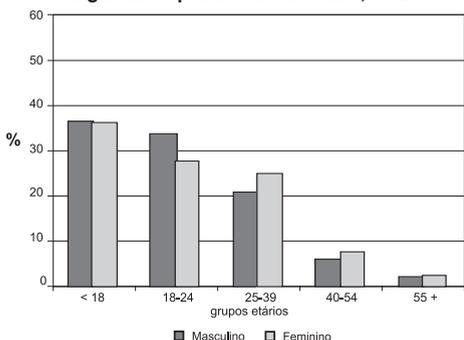


GRÁFICO 7
Imigrantes vindos do Nordeste com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1992

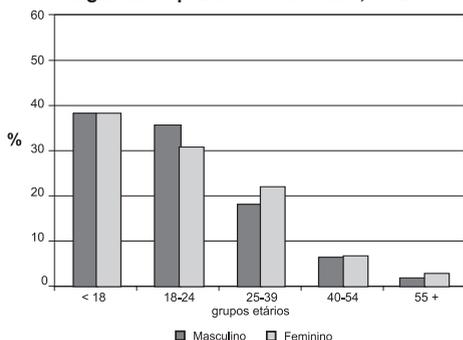


GRÁFICO 8
Imigrantes vindos do Paraná com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1992

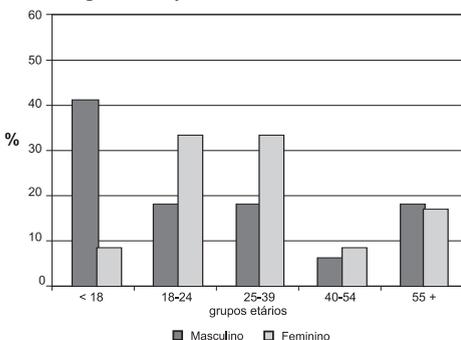
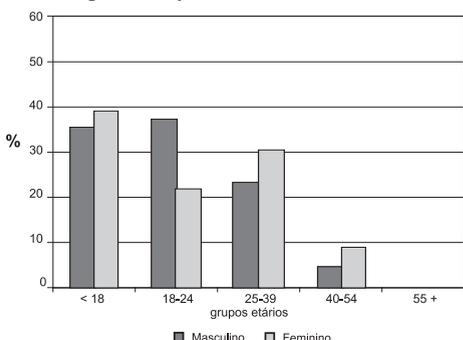


GRÁFICO 9
Imigrantes vindos de MG com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1992



¹⁰ Deve-se lembrar que um percentual elevado de jovens e crianças sempre sugere migração familiar, tendo em vista que a possibilidade de migração individual nesses casos é muito pequena. Claro que, ao utilizar o grupo “menores de 18 anos”, tal afirmação poderia não ser verdadeira, já que aquelas pessoas entre 15 e 18 anos teriam uma certa autonomia; contudo, dados mais desagregados mostram que a maior parte desse subgrupo é mesmo de menores de 15 anos.

GRÁFICO 10

Imigrantes interestaduais por sexo e grupos etários com menos de 3 anos de residência em São Paulo Região Metropolitana de São Paulo, 1998

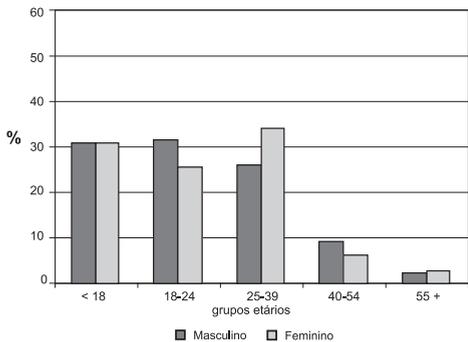


GRÁFICO 11

Imigrantes vindo do Nordeste com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1998

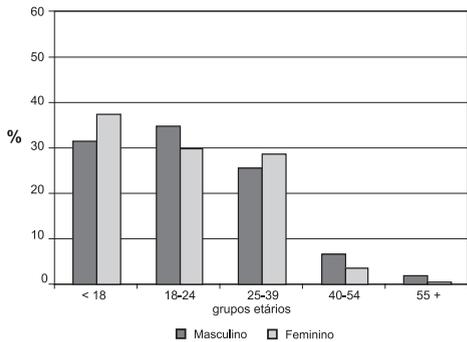


GRÁFICO 12

Imigrantes vindos do Paraná com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1998

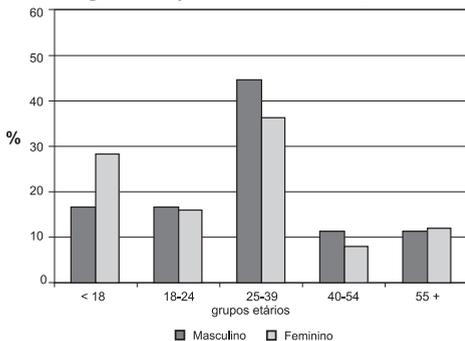
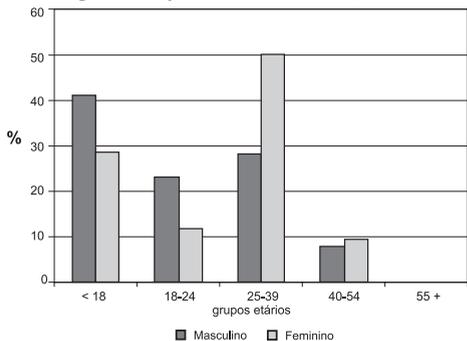


GRÁFICO 13

Imigrantes vindos de Minas Gerais com menos de 3 anos de residência em São Paulo por sexo e grupos etários Região Metropolitana de São Paulo, 1998



e as reais possibilidades encontradas no destino.

Outro fato que chama a atenção nos Gráfico 6 e 10 é a relação entre os sexos. Embora, para o total de migrantes interestaduais com menos de três anos de residência na RMSP, a razão de sexo tenha atingido valores de 0,88 e 0,94, respectivamente em 1992 e 1998, indicando a predominância das mulheres, nota-se que a situação muda sensivelmente quando a análise é feita por idade. Tal situação somente é válida para idades a partir dos 25 anos. Para os menores de 18 anos e aqueles entre 18 e 24, para os quais a migração é mais intensa, constata-se que a situação é favorável aos homens, não obstante essa vantagem seja pequena em termos numéricos.

Tal resultado reforça a visão de predominância da migração familiar. Ademais,

coloca em questão a generalidade de um axioma antigo encontrado nos estudos migratórios: o de que a mulher tenderia a migrar mais que os homens. Ao menos de acordo com os dados aqui explorados, esta afirmação pode ser válida para o total de migrantes, mas perde consistência quando estes são considerados por grupos etários.

Os Gráficos 7, 8 e 9 e 11, 12 e 13 permitem apreciar a composição da migração por sexo e idade segundo a origem dos movimentos. Poucas são as modificações ocorridas no perfil dos migrantes: os nordestinos, obviamente por seu peso na migração regional, reproduzem o padrão anteriormente comentado; paranaenses e mineiros, embora com certas oscilações – provavelmente devidas a problemas amostrais –, apresentam um perfil parecido. Vale destacar o perfil da migração vinda do

Paraná no que diz respeito ao significativo percentual de pessoas com mais de 50 anos e à grande diferença entre homens e mulheres menores de 18 anos. É difícil pensar em uma interpretação para esses fatos, mas poder-se-ia supor que tais comportamentos poderiam refletir, por um lado, uma possível migração de retorno desde o Paraná, no caso das pessoas mais velhas, e, por outro, problemas com a amostra, no caso dos menores de 18 anos.

Migração e trabalho

Alguns antecedentes

Como comentado na introdução, os estudos sobre migração e inserção ocupacional não são novidades no Brasil. Assim como para a migração em geral (Martine & Neupert, 1988), os anos 70 foram ricos também em estudos versando sobre a situação dos migrantes quanto à sua inserção produtiva, particularmente nas regiões de destino (Mata *et al.*, 1973; Costa, 1975; Martine & Peliano, 1980; Merrick e Graham, 1981, entre outros).

Quase sempre baseados em dados censitários, esses estudos, majoritariamente, tinham como preocupações centrais captar e entender as diferenças entre migrantes e não-migrantes, bem como os efeitos do tempo de residência sobre os primeiros, não apenas sobre as possibilidades de absorção no mercado de trabalho, mas também em termos de rendimento e escolaridade. Assim sendo, levando em conta a situação dos migrantes no momento do levantamento das informações, as análises quase sempre coincidiam em apontar a importância do tempo de residência sobre a melhoria das condições do migrante, embora a mesma regularidade não fosse encontrada quando da comparação entre migrantes e não-migrantes.

Em suma, estes estudos eram claros em mostrar que, ao contrário do que acontecia nas análises da migração por tempo de residência, não havia um único padrão de comportamento quando o foco era voltado para a diferença entre migrantes e a população nativa, uma vez que esta dependia da

região de destino dos movimentos. Por exemplo, no clássico estudo de Martine & Peliano (1980) sobre as regiões metropolitanas brasileiras, os resultados encontrados para as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro foram diferentes dos observados para aquelas do Nordeste: se nas primeiras os não-migrantes encontravam-se em melhor situação, nas segundas as discrepâncias entre migrantes e não-migrantes eram pouco significativas.

Mais recentemente, após um período de certa letargia dos estudos nesta linha, Jannuzzi (2000) atualizou de maneira cuidadosa e competente as contribuições dos anos 70, muito embora apenas considerando o caso do Estado de São Paulo. Utilizando, basicamente, as mesmas estratégias de análise e os dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, Jannuzzi fornece um quadro muito claro sobre a situação dos migrantes por tempo de residência e dos naturais, e sobre suas posições relativas em termos ocupacionais, de condição de atividade, renda, educação etc.

Apesar da riqueza desse estudo, particularmente pelo nível de detalhe como trata as distintas características analisadas, e de sua importância para atualizar um discussão há muito tempo deixada de lado, como já se salientou, o próprio autor reconhece que os resultados obtidos apenas reforçaram os achados das contribuições anteriores, fato que mostra como os comportamentos são recorrentes ao longo do tempo. De qualquer maneira, é importante frisar que é muito difícil prever em que medida tais similaridades permanecerão invariáveis, tendo em vista o caráter "datado" do fenômeno migratório, ou seja, que suas características dependem do momento histórico em que ele ocorre.

Se bem é certo que todos estes resultados se mostram consistentes e, de certa forma, revelam aspectos relevantes da realidade migratória e de seus impactos nas áreas de destino ou origem, a natureza dos dados utilizados em todas as análises coloca em xeque ao menos o significado das diferenças ou similaridades encontradas entre migrantes por tempo de residência ou entre migrantes e população nativa.

De fato, em se tratando de informações de caráter “transversal”, ou seja, coletadas no momento do levantamento, os dados censitários ou de pesquisa com as mesmas características padecem de um problema intrínseco, na medida em que apenas conseguem informar sobre os migrantes “sobreviventes”, ou seja, aqueles que não estejam mortos no momento do levantamento e que não tenham reemigrado (ou emigrado, no caso dos naturais).

Embora não se considere o caso de tratar aqui com detalhes essa questão, este problema intrínseco aos dados acaba por prejudicar as análises relativas à mobilidade social e ocupacional e, como nos casos mencionados, a comparação dos indivíduos segundo a condição migratória. Nesse sentido, o estudo de Martine (1980) é bastante eloqüente, a começar pelo título – “Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?” –, pois alerta que, muitas vezes, o que se pensa ser uma melhoria do migrante (como sugere, por exemplo, a recorrente melhor situação daqueles com mais tempo de residência) pode ser simplesmente um efeito da “sobrevivência do mais forte”. Em seu trabalho, Jannuzzi (2000) está a todo instante preocupado com essa questão, buscando, em vários momentos, reconhecer nos resultados encontrados o efeito do que ele chama de “evasão seletiva”.

A maneira de evitar este problema seria poder contar com dados do tipo longitudinal,¹¹ que apenas podem ser obtidos por intermédio de pesquisas de “visitas repetidas” (*followup surveys*), as quais, além de muito mais caras, levam um tempo muito maior para serem feitas, já que exigem que o período transcorrido entre uma e outra visita seja suficientemente grande para permitir observar os eventos. A análise de “coortes” de migrantes seria, assim, a maneira mais adequada de suplantar as limitações dos dados “transversais”.

Nesse caso, é interessante observar que o trabalho de Souza, Brito e Carvalho

(2000) para Minas Gerais – uma das poucas tentativas de se trabalhar os dados censitários a partir de uma perspectiva de “coortes migratórias” –, mesmo sugerindo a hipótese de haver um reemigração seletiva, não consegue responder categoricamente se as diferenças encontradas entre migrantes e não-migrantes e as melhorias por tempo de residência são definitivamente devidas a este fenômeno: “[...] conclui-se que a seletividade da reemigração, no sentido de que, em média, reemigram os menos preparados, constitui uma hipótese extremamente robusta” (Souza, Brito e Carvalho, 2000, p. 91; grifo nosso). De qualquer maneira, a metodologia proposta abre novos caminhos para investigações futuras, particularmente com a chegada do Censo 2000, que permitirá observar uma coorte por um período ainda maior.

Portanto, o que se pode dizer dessa sucinta revisão das questões centrais envolvendo o tema das diferenças socioeconômicas segundo *status* migratório é que, por um lado, todos os resultados de trabalhos anteriores apontam basicamente na mesma direção – melhoria com o tempo de residência e diferenças entre migrantes e nativos dependendo da área estudada – e, por outro lado, que todas as análises que lançam mão de dados “transversais” acabam sendo limitadas por problemas intrínsecos à natureza da informação, sendo que apenas análises envolvendo coortes poderiam trazer maiores esclarecimentos sobre as questões desejadas.

Como já se afirmou, a linha de argumentação deste estudo é um pouco distinta daquela dos trabalhos discutidos anteriormente, uma vez que atenta muito mais para o papel e impacto do migrante na composição do mercado de trabalho metropolitano. Desta forma, mesmo considerando importantes e promissoras as análises por coorte a partir de dados de caráter transversal (o que é o caso dos dados das PNADs), acredita-se ser suficiente, para o argumento proposto, o uso da informação

¹¹ Não é raro confundir este tipo de pesquisa com aquela que traz em seu questionário histórias de vida. Embora fundamentais para estudos sobre mobilidade social – como, por exemplo, o realizado por Jannuzzi (2000) –, para efeitos de comparabilidade por situação migratória este tipo de dado padece dos mesmos problemas que os dados censitários.

tal qual vem sendo trabalhada tradicionalmente, muito embora o recorte aqui utilizado, particularmente com relação ao mercado de trabalho, seja novo e muito sugestivo para esse novo momento da economia e sociedade brasileiras.

Evidências empíricas

A partir da análise do fluxo migratório para a Região Metropolitana de São Paulo pode-se explorar sua relação com o comportamento do mercado de trabalho local.

Nos anos de crescimento acelerado – as décadas de 60 e 70 –, a migração para a Região Metropolitana teve um papel importante na ampliação da disponibilidade de força de trabalho exigida pelo maior nível de produção. Se, por um lado, a migração induziu um crescimento elevado da população metropolitana, é inquestionável que, por outro lado, ela garantiu a força de trabalho indispensável ao processo de expansão. A preocupação com esse movimento surge na segunda metade dos anos 70, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o crescimento acelerado da população e a recorrência dos baixos salários passavam a exigir investimentos elevados em infra-estrutura social, tornando altamente complexas as políticas de transporte, habitação, saneamento, educação, saúde e outras. Em segundo lugar, porque a perda de vigor da economia não era acompanhada por um ajuste proporcional e imediato do fluxo migratório e mesmo do crescimento da População em Idade Ativa (PIA), fato que agravava os problemas de emprego inerentes a uma situação de desempenho econômico lento.

Essas dificuldades ampliaram-se nos anos 80, quando a metrópole conheceu anos de recessão violenta, seguidos de outros marcados por uma recuperação instável de sua economia. Assim, o nível de emprego industrial ao final da década era semelhante ao do início do período, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) havia crescido a uma taxa média de 4% a.a. (Dedecca & Pacheco, 1992). A gravidade da desproporção entre o crescimento da PEA e do nível de emprego

não se apresentou ainda de forma mais intensa graças à queda do saldo migratório, explicada por um fluxo de emigrantes para o interior do Estado ou para as regiões de origem. Se os elevados saldos migratórios do passado pesavam significativamente sobre o crescimento da PEA metropolitana dos anos 80, notava-se, entretanto, que o fluxo presente naquele momento provocava um efeito redutor, mesmo que limitado, sobre aquela taxa. Os dados do Censo Demográfico de 1991 confirmaram o peso da migração passada sobre o crescimento da PEA metropolitana dos anos 80, mas desmistificaram certas visões catastróficas sobre o papel perverso da migração para o mercado de trabalho local.

Apesar das evidências propiciadas pelo Censo Demográfico de 1991 sobre o papel da migração no mercado de trabalho local, continuou sendo recorrente a visão que vincula os problemas de emprego à presença de “estrangeiros”. A redução da capacidade do setor industrial metropolitano em reter a força de trabalho, explicada pela reorganização violenta do setor imposta pela política de abertura econômica, reforçou a crença no peso desfavorável da migração sobre os problemas de emprego.

Mas cabe perguntar: o que nos informam os dados sobre migração e trabalho na Região Metropolitana nos anos 90? Apesar da redução do fluxo migratório, pode-se a ele imputar os problemas de emprego da região? Para melhor qualificar a questão foram organizadas algumas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos de 1992 e 1998, no pressuposto de que as mudanças ocorridas nesse período possam permitir conhecer melhor as relações ali existentes entre migração e trabalho.

Quando se analisa o incremento da PIA metropolitana, correspondente a 1,9% a.a., notam-se taxas de crescimento de 2,4% a.a. para os não-migrantes (NMIG), -0,9% a.a. para os migrantes de menos de três anos (3MIG), e 1,4% a.a. para os migrantes de três a nove anos (9MIG) e de mais de dez anos (10MIG). Levando-se em conta que em 1992 os NMIG respondiam por 57% da PIA metropolitana, os 3MIG, por 3%, os

9MIG, por 8%, e os 10MIG por 31%, é inquestionável que os migrantes recentes pouco podem explicar o crescimento da disponibilidade de força de trabalho durante os anos 90.

Situação semelhante é encontrada quando se analisa a evolução da PEA, que cresceu a 2,2% a.a. durante os anos 90. Essa taxa foi fortemente influenciada pelo aumento da PEA NMIG (3,1% a.a.). Em suma, o aumento da disponibilidade de força de trabalho metropolitana nos anos 90 tem no crescimento da população natural seu vetor determinante, fato que tem

provocado a queda da participação dos migrantes no mercado de trabalho local.¹²

Observa-se ainda que essa situação é reproduzida no interior do Estado de São Paulo e nas demais regiões do país. Em termos gerais, não parece que a migração interestadual se venha constituindo em um processo relevante para compreender o aumento da disponibilidade de força de trabalho. É preciso analisar espaços específicos para averiguar em que situações a migração interestadual continua tendo papel importante para a evolução do mercado de trabalho. Para o

TABELA 4
Taxas anuais de crescimento da população em idade, segundo gênero e condição migratória
Região Metropolitana de São Paulo, interior do Estado de São Paulo e demais regiões do país, 1992-1998

	1992-98				Total
	Migrante Interestadual				
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Região Metropolitana de São Paulo					
PIA	2,4%	-0,9%	1,4%	1,4%	1,9%
Inativos	1,6%	-3,4%	0,7%	2,1%	1,6%
PEA	3,1%	0,4%	1,8%	1,1%	2,2%
Desempregados	8,5%	1,0%	8,7%	6,0%	7,5%
Ocupados Não Agrícola	2,1%	0,5%	0,7%	0,6%	1,4%
GMS	0,9%	-3,2%	-1,4%	-0,7%	0,1%
PMS-C	7,8%	15,4%	2,9%	4,3%	6,6%
PMS-NC	2,7%	6,0%	4,3%	1,3%	2,4%
Interior do Estado de São Paulo					
PIA	2,6%	-2,2%	-2,0%	1,8%	2,1%
Inativos	3,1%	-0,4%	-2,7%	2,3%	2,6%
PEA	2,2%	-3,1%	-1,6%	1,4%	1,7%
Desempregados	8,8%	3,5%	-2,3%	5,7%	7,5%
Ocupados Agrícolas	-4,0%	-25,0%	-8,8%	-3,8%	-4,7%
Ocupados Não Agrícola	2,5%	-0,2%	-0,3%	2,0%	2,2%
GMS	1,6%	0,2%	-1,3%	-0,1%	1,1%
PMS-C	5,0%	7,5%	1,6%	2,0%	4,5%
PMS-NC	3,3%	-0,8%	1,0%	4,7%	3,4%
Demais Regiões do País					
PIA	1,9%	-1,4%	-1,2%	2,0%	1,7%
Inativos	2,3%	-0,9%	-0,9%	2,0%	2,0%
PEA	1,6%	-1,7%	-1,4%	1,9%	1,4%
Desempregados	6,2%	0,5%	0,8%	5,2%	5,4%
Ocupados Agrícolas	-1,4%	-6,0%	-6,4%	-1,3%	-1,7%
Ocupados Não Agrícola	2,3%	-0,8%	-0,5%	2,5%	2,1%
GMS	1,9%	-0,4%	-0,7%	1,6%	1,6%
PMS-C	4,4%	0,0%	0,6%	4,9%	4,0%
PMS-NC	2,3%	-1,3%	-0,6%	3,0%	2,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

¹²Claro que não se desconhece o efeito indireto da migração, ou seja, que boa parte dos não-migrantes são filhos de migrantes de períodos anteriores. Deve-se frisar, entretanto, que a dimensão econômica do Estado de São Paulo somente pode ser entendida a partir do processo de migração intensa para a região durante todo esse século. Foi justamente por se constituir em uma terra de migrantes que foi possível ao estado consolidar sua capacidade econômica. Não faz sentido realizar maiores digressões sobre os efeitos da migração passada sobre o presente, pois deste modo estar-se-ia colocando em questão a própria existência do Estado de São Paulo como grande pólo econômico da nação.

Estado de São Paulo, parece não existir evidências mais gerais que permitam imputar os problemas de emprego ao movimento migratório recente.

Posição semelhante é obtida quando utilizamos as informações sobre ocupação e desemprego. Tanto a taxa de crescimento da população ocupada como aquela da população desempregada são mais elevadas para o NMIG, acompanhadas daquelas referentes à população com maior tempo de migração. Também entre os ocupados e desempregados cresce a participação da população não-migrante.

A posição desfavorável do migrante recente no mercado de trabalho metropolitano é também expressa na sua inserção no Grande Médio Setor (GMS). Esse segmento é constituído pelos estabelecimentos com mais de cinco empregados e pelo setor público. A redução acentuada do emprego nos setores industrial e bancário/financeiro observada ao longo do anos 90 atingiu principalmente esse segmento ocupacional. Segundo as informações da PNAD, manteve-se estável a ocupação no GMS. Entretanto, esse indicador médio reflete uma contração do volume de ocupações

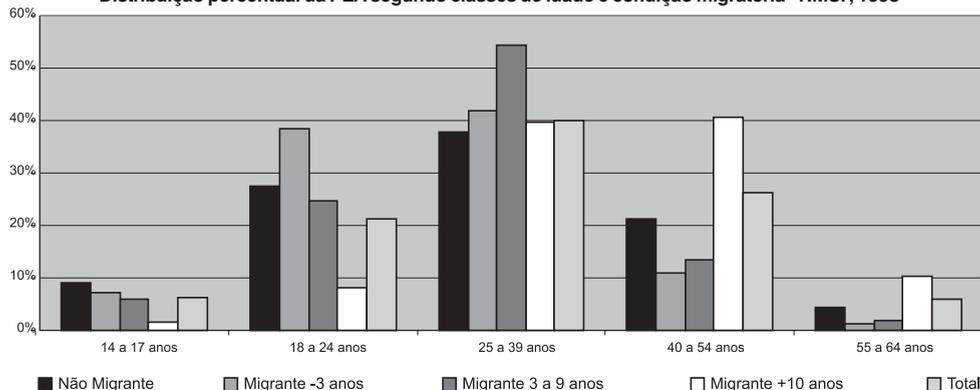
para os migrantes – tendo esse movimento ocorrido de maneira mais intensa para os migrantes recentes – e seu aumento para os não-migrantes. A tendência de expulsão de trabalhadores do GMS manifestou-se de maneira mais intensa para os migrantes recentes, sugerindo a existência de um processo seletivo em favor daqueles que são naturais da região.¹³

Devido às diferenças de estrutura etária entre migrantes e não-migrantes, tomou-se a decisão de analisar o segmento populacional com idade de 18 a 39 anos, que responde por mais de 80% da PEA específica na faixa de 14 a 65 anos (ver Gráfico 14).

A evolução da PEA para essa classe de idade guarda grande similitude com aquela observada para a PEA total, apresentando, entretanto, uma taxa de crescimento menor. Uma característica importante desse movimento a ser ressaltada é a contração significativa da ocupação no GMS para os migrantes recentes, que representou a redução total de 25% do volume desses migrantes aí inseridos.

A perda de espaço ocupacional no GMS para os migrantes recentes foi

GRÁFICO 14
Distribuição percentual da PEA segundo classes de idade e condição migratória - RMSF, 1998



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1998. Elaboração própria.

¹³ Com o objetivo de segmentar a dimensão ocupacional do mercado de trabalho não-agrícola, desenvolveu-se essa classificação que considera o tipo de vínculo de trabalho, o tamanho do estabelecimento e o destino do trabalho. Essa classificação tem o objetivo de recortar o mercado de trabalho a partir das relações de produção existentes, as quais são o resultado da estrutura e da dinâmica econômica e conformam os espaços ocupacionais básicos dos mercados de trabalho. Ver Dedecca (1999).

TABELA 5
Taxas anuais de crescimento da População em Idade Ativa entre 18 e 39 anos, segundo gênero e condição migratória
Região Metropolitana de São Paulo

	18 a 39 anos				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
SP-Região Metropolitana					
Total					
PIA	2,5%	0,0%	0,9%	-0,9%	1,3%
Inativos	1,4%	-2,3%	-0,5%	-2,0%	0,0%
PEA	2,8%	0,7%	1,3%	-0,6%	1,6%
Desempregados	7,6%	1,2%	8,1%	3,2%	6,3%
Ocupados Não Agrícolas	2,0%	0,9%	0,4%	-1,1%	0,9%
GMS	1,0%	-3,3%	-1,7%	-2,0%	-0,3%
PMS-C	7,3%	11,8%	2,4%	4,7%	6,5%
PMS-NC	2,7%	9,3%	4,4%	-0,8%	2,1%
Masculino					
PIA	2,9%	0,0%	0,3%	-0,8%	1,5%
Inativos	5,2%	-3,5%	8,3%	2,4%	4,5%
PEA	2,7%	0,1%	0,1%	-1,0%	1,3%
Desempregados	8,1%	4,3%	7,5%	0,2%	6,1%
Ocupados Não Agrícolas	1,9%	-0,1%	-0,7%	-1,2%	0,6%
GMS	0,8%	-4,5%	-2,4%	-2,2%	-0,7%
PMS-C	4,6%	11,8%	-2,6%	6,2%	4,5%
PMS-NC	3,9%	13,2%	4,7%	-1,2%	2,9%
Feminino					
PIA	2,1%	0,1%	1,6%	-1,0%	1,1%
Inativos	0,5%	-2,2%	-1,1%	-2,6%	-0,8%
PEA	2,9%	1,6%	3,4%	0,0%	2,1%
Desempregados	7,1%	-0,9%	8,5%	6,1%	6,4%
Ocupados Não Agrícolas	2,1%	2,5%	2,4%	-1,0%	1,3%
GMS	1,4%	-0,5%	0,1%	-1,7%	0,5%
PMS-C	12,9%	11,8%	9,7%	2,3%	10,2%
PMS-NC	1,2%	5,5%	4,1%	-0,6%	1,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1998. Elaboração própria.

compensada por uma maior incorporação no Pequeno Médio Setor Contratado (PMS-C) e no Pequeno Médio Setor Não Contratado (PMS-NC). Esses segmentos respondem por atividades destinadas às unidades produtivas, que em sua maioria conformam o GMS, no caso do PMS-C, e ao consumo das famílias ou indivíduos,¹⁴ no caso do PMS-NC.

A queda da participação do migrante recente no GMS ocorreu de maneira muito mais intensa para os homens, comparativamente ao observado para as mulheres. Uma maior dificuldade de inserção no segmento mais formalizado foi mais expressiva para os homens.

Contudo, a maior inserção em segmentos ocupacionais mais precários foi uma regra tanto para os homens como para as

mulheres migrantes. É sinal desse movimento o crescimento relativamente mais baixo de seu desemprego. Os dados sugerem que são menores as possibilidades de o migrante manter-se desempregado em uma situação de deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho. Seu grau de desproteção social é tal que ele é obrigado a realizar qualquer tipo de trabalho, não lhe sendo possível ficar em situação de desemprego aberto.

Como mostram os dados da Tabela 6, apesar de sua taxa de desemprego tradicionalmente elevada, o migrante recente conheceu um crescimento pequeno do problema quando comparado com o vivo pelo não-migrante. O migrante parecer ter buscado a solução de seu problema de emprego através do PMS-NC. No caso dos

¹⁴ Ver nota 13.

homens, via o setor de construção de pequeno porte, terciário para comunidade e para as empresas; no caso das mulheres, via o setor terciário para comunidade e para pessoas.

Como se pode observar, a esse movimento encontra-se associada uma perda brutal de participação do migrante recente na indústria de transformação, em especial para mulheres.

TABELA 6
Distribuição da População em Idade Ativa
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 1998

	1992				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Região Metropolitana de São Paulo					
PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Inativos	46,4%	35,8%	34,5%	36,1%	41,8%
PEA	53,6%	64,2%	65,5%	63,9%	58,2%
Desempregados	6,5%	11,0%	5,8%	5,4%	6,2%
Ocupados Não Agrícola	46,7%	51,9%	59,7%	58,1%	51,5%
GMS	30,4%	34,6%	40,6%	34,2%	32,6%
PMS-C	3,6%	1,5%	2,6%	3,5%	3,4%
PMS-NC	11,1%	14,4%	15,8%	19,1%	14,1%
	1998				
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	Total
Região Metropolitana de São Paulo					
PIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Inativos	43,9%	29,9%	32,8%	37,6%	40,8%
PEA	56,1%	70,1%	67,2%	62,4%	59,2%
Desempregados	9,7%	12,6%	9,4%	7,3%	9,0%
Ocupados Não Agrícola	45,9%	57,0%	56,7%	54,7%	49,7%
GMS	27,5%	29,3%	33,4%	29,4%	28,6%
PMS-C	5,1%	4,3%	2,8%	4,3%	4,7%
PMS-NC	11,4%	23,0%	19,3%	19,0%	14,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

TABELA 7
Taxas anuais de crescimento da População Ocupada, segundo setores de atividade econômica e condição migratória
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 1998

	1992-98				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Total					
Indústria da Transformação	-1,6%	-6,4%	-4,7%	-1,0%	-1,8%
Indústria da Construção	1,9%	4,7%	-0,9%	-2,3%	-0,3%
Terciário - Comunidade	3,6%	7,3%	2,3%	1,5%	3,0%
Terciário - Empresas	4,2%	5,6%	2,4%	2,1%	3,5%
Terciário - Pessoas	3,1%	0,2%	3,6%	1,6%	2,5%
Masculino					
Indústria da Transformação	-1,6%	-4,7%	-4,6%	-1,4%	-1,9%
Indústria da Construção	2,2%	4,8%	-0,8%	-2,2%	-0,2%
Terciário - Comunidade	2,6%	10,7%	2,1%	2,2%	2,6%
Terciário - Empresas	4,3%	8,9%	0,8%	1,8%	3,4%
Terciário - Pessoas	2,8%	-2,2%	2,7%	0,8%	1,9%
Feminino					
Indústria da Transformação	-1,5%	-10,9%	-4,9%	0,4%	-1,5%
Indústria da Construção	-1,7%	1,2%	-8,3%	-4,5%	-2,8%
Terciário - Comunidade	4,2%	5,2%	2,5%	1,0%	3,3%
Terciário - Empresas	4,0%	1,2%	6,1%	2,6%	3,8%
Terciário - Pessoas	3,5%	3,1%	4,6%	2,5%	3,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

TABELA 8
Porcentagem de ocupados sem contribuição para a Previdência Social, segundo condição migratória (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 1998

	1992				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Total					
GMS	10,8%	15,7%	7,5%	9,2%	10,1%
PMS-C	37,7%	62,5%	47,1%	36,0%	38,1%
PMS-NC	66,8%	76,6%	69,9%	63,1%	65,9%
Total	26,8%	35,2%	25,9%	29,0%	27,8%
Masculino					
GMS	11,2%	16,8%	7,5%	9,4%	10,4%
PMS-C	38,5%	60,0%	50,0%	36,9%	38,9%
PMS-NC	60,7%	69,7%	71,7%	60,3%	61,8%
Total	25,0%	28,8%	22,5%	25,9%	25,2%
Feminino					
GMS	10,2%	13,0%	7,5%	8,9%	9,7%
PMS-C	35,6%	66,7%	40,0%	33,3%	35,9%
PMS-NC	73,6%	81,8%	68,0%	66,4%	70,4%
Total	29,3%	45,6%	32,7%	34,6%	31,9%

	1998				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Total					
GMS	13,1%	27,4%	18,2%	11,7%	13,5%
PMS-C	41,7%	65,0%	50,0%	53,8%	46,0%
PMS-NC	71,1%	71,7%	71,3%	69,1%	70,4%
Total	31,5%	48,3%	38,2%	35,9%	34,1%
Masculino					
GMS	13,9%	27,8%	17,8%	11,0%	13,8%
PMS-C	44,1%	75,0%	40,0%	53,0%	47,3%
PMS-NC	70,1%	78,0%	72,9%	67,8%	69,9%
Total	31,7%	49,7%	34,1%	31,5%	32,5%
Feminino					
GMS	12,0%	26,7%	18,9%	13,2%	13,2%
PMS-C	37,4%	50,0%	61,1%	55,7%	43,5%
PMS-NC	72,2%	63,8%	69,8%	70,3%	70,8%
Total	31,2%	46,0%	45,2%	42,4%	36,4%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

(1) Migração interestadual.

A crescente precariedade da inserção do migrante recente é percebida pela baixa taxa de contribuição à Previdência Social nos segmentos ocupacionais em que são menores as dificuldades para seu ingresso, a qual conheceu um decréscimo no período de 1992 a 1998. Essa queda não foi ainda mais acentuada graças ao aumento da contribuição da mulher ocupada no PMS-NC, explicado pela maior formalização do emprego doméstico.

A baixa contribuição não pode ser imputada a uma suposta preferência por receber uma renda líquida mais elevada. Como mostram os dados, os segmentos PMS-C e PMS-NC possuem uma menor

taxa de contribuição previdenciária, independentemente da condição migratória. Ademais, a redução dessa taxa ocorre tanto para os migrantes como para os naturais. O que se percebe é uma menor proteção social ao migrante, associada, principalmente, ao segmento ocupacional em que ele se insere. A probabilidade de desproteção é menor se o migrante consegue se inserir no GMS. Só que suas possibilidades de inserção nesse segmento são substantivamente menores.

A inserção desfavorável do migrante recente no mercado de trabalho metropolitano acaba por se associar a jornadas de trabalho mais extensas, que tiveram um

TABELA 9
Horas semanais médias trabalhadas
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 1998

	1992				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Total					
GMS	42,4	45,9	45,6	44,6	43,6
PMS-C	45,5	41,6	47,5	47,1	46,1
PMS-NC	43,0	46,6	46,0	45,3	44,4
Total	42,5	45,9	45,7	44,7	43,7
Masculino					
GMS	44,0	47,9	46,6	45,9	45,2
PMS-C	47,8	45,8	50,5	48,4	48,1
PMS-NC	46,8	48,9	50,0	50,3	48,6
Total	44,8	47,8	47,4	47,2	46,0
Feminino					
GMS	40,0	41,2	42,8	41,7	40,7
PMS-C	39,8	34,7	40,2	42,9	40,6
PMS-NC	38,6	44,8	42,0	39,5	39,6
Total	39,2	42,5	42,2	40,2	39,9
	1998				Total
	Não-Migrante	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos	
Total					
GMS	42,6	44,1	45,7	45,2	43,7
PMS-C	44,3	42,3	47,2	48,3	45,5
PMS-NC	43,3	50,2	46,7	45,3	44,8
Total	42,7	46,4	46,3	45,2	44,0
Masculino					
GMS	44,1	45,3	47,2	46,7	45,4
PMS-C	47,0	46,8	52,8	50,0	48,1
PMS-NC	47,8	51,1	51,7	52,1	49,9
Total	45,1	47,6	48,7	48,3	46,6
Feminino					
GMS	40,6	41,9	42,2	42,1	41,2
PMS-C	39,6	35,5	41,0	44,2	40,7
PMS-NC	38,1	49,1	41,7	39,1	39,3
Total	39,4	44,4	42,1	40,5	40,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

maior incremento relativo no período de 1992 a 1998. No segmento PMS-NC, espaço ocupacional importante para a incorporação do migrante recente, observou-se um aumento da jornada média semanal de trabalho de 46 horas para 50 horas. É provável que a ampliação da jornada de trabalho seja apenas reflexo da maior desproteção social vivida pelo migrante recente, obrigado a se submeter a condições de trabalho ainda mais desfavoráveis.

A queda da migração para a Região Metropolitana de São Paulo incorpora também uma alteração importante quanto à composição segundo último estado de moradia. Como já apontado na parte inicial deste artigo, a migração originária do Nordeste passa a dominar o processo,

perdendo importância aquela oriunda do Paraná e Minas Gerais. Os dados da Tabela 10, que traçam a composição dos ocupados segundo o último estado de moradia, confirmam esse diagnóstico. O aspecto surpreendente dos dados apresentados é o surgimento da migração de outros países como fenômeno de importância crescente, sendo muito provável que ele decorra do retorno de migrantes brasileiros residentes no exterior. Entre 1992 e 1998, os ocupados com residência anterior no estrangeiro e com menos de três anos na RMSF passaram da sétima para a quarta posição. Se em 1992 eles representavam 4,7% dos migrantes recentes, em 1998 eles já somavam 10,5% deles.

TABELA 10
Condição migratória segundo último estado de moradia
Região Metropolitana de São Paulo – 1992 e 1998

	1992		
	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos
Total	270.716	2.054.266	2.431.708
Bahia	60.513	372.625	472.952
Pernambuco	46.980	254.807	277.885
Minas Gerais	43.789	404.472	515.969
Ceará	19.905	121.023	137.746
Piauí	12.740	39.812	48.573
Rio de Janeiro	11.944	93.961	86.790
Países estrangeiros	11.147	153.668	118.644
Paraíba	10.352	91.570	105.102
	1998		
	Migrante <3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante >10 anos
Total	280.178	765.956	2.612.654
Bahia	50.311	175.226	490.957
Minas Gerais	44.236	82.403	515.216
Pernambuco	32.096	121.439	334.827
Países estrangeiros	29.493	38.165	111.899
Ceará	19.085	59.857	144.865
Paraná	19.080	55.517	335.686
Alagoas	12.144	28.627	110.157
Piauí	10.406	30.363	81.534

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, 1992 e 1998. Elaboração própria.

Observações finais

O artigo procurou apresentar uma interpretação sobre a relação entre migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo no período recente. O papel de grande pólo de atração cumprido pela região, que explicou seu crescimento populacional acelerado por quase 40 anos, continua sendo um argumento recorrentemente utilizado para justificar seus problemas de absorção de força de trabalho nos últimos 20 anos. Aos migrantes é imputada a responsabilidade pelo desemprego e pela precariedade no mercado de trabalho local, posição que desconsidera as diversas conjunturas econômicas e o papel da migração na consolidação da principal metrópole econômica do país.

Ignora-se, por exemplo, o papel da migração durante os anos de crescimento acelerado, garantindo abundância de força de trabalho a baixo preço. As vantagens obtidas com a migração são esquecidas, lembrando-se somente dos problemas que ela acabou gerando, posteriormente, para o crescimento vegetativo da população e

suas conseqüências sobre as demandas por políticas públicas de transporte, habitação, saneamento e outras.

Também se desconsidera que, em face do gigantismo dessa metrópole, os impactos da migração sobre o mercado de trabalho local passaram a ser decrescentes. Como se procurou mostrar neste artigo, apesar de se manter ainda hoje como um fenômeno de grande importância, a migração para a Região Metropolitana representa relativamente pouco para o crescimento da PIA e da PEA. Ademais, as possibilidades de inserção dos novos residentes são crescentemente contingenciadas nos segmentos mais precários do mercado de trabalho, em razão das dificuldades econômicas da região e seus efeitos de bloqueio do processo de mobilidade social observado em décadas anteriores, que reduzem acentuadamente as oportunidades de trabalho nos segmentos ocupacionais mais formalizados.

Pode-se afirmar que, hoje, os problemas de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo decorrem do seu baixo dinamismo econômico, que se mostra insuficiente para gerar postos de trabalho em quantidade

compatível com uma taxa de crescimento da PEA significativamente mais baixa no período recente. Também merece destaque o fato de o crescimento da PEA estar condicionado ao incremento vegetativo da população, não havendo indícios de que a migração atual possa estar na raiz do problema de trabalho no espaço local.

Este ensaio procurou mostrar a relação entre migração e trabalho no passado recente da Região Metropolitana de São Paulo, apontando sua face de terra dos

migrantes e, ao mesmo tempo, mostrando que esses não podem ser responsabilizados pelas dificuldades de inserção econômica vividas pela população local nesses últimos 20 anos. Assim, qualquer avanço na discussão sobre o problema do trabalho metropolitano passa necessariamente pela superação de uma visão nefasta sobre o papel da migração para a dinâmica local, permitindo-se assim identificar os reais entraves ao seu desenvolvimento social.

Referências bibliográficas

BAENIGER, R. "Redistribuição espacial da população: características e tendências do caso brasileiro". *Documentos Docentes*, Celade, Santiago do Chile, 1996.

BÓGUS, L.M.M. & WANDERLEY, L.E. (orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1992.

CAMARGO, J.F. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, FFLCH, USP, 1982.

COSTA, M.A. *Urbanização e migração urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

CUNHA, J.M.P. da. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutoramento. Campinas, IFCH, Unicamp, 1994.

_____. "População e mobilidade espacial: características e transformações dos fluxos migratórios nas regiões paulistas". In: N.L. Patarra et al., *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*, Campinas, Instituto de Economia, 1997.

_____. "(Des)Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise?". *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1998.

DEDECCA, C.S. Reorganização produtiva e estrutura de emprego no Brasil – os anos 90.

Relatório de pesquisa. Campinas, IE-Unicamp/FAPESP, 1999.

DEDECCA, C.S. & PACHECO, C.A. "Emprego e crise: as transformações na estrutura de emprego de São Paulo na década de 80". In: W. Cano, *São Paulo no limiar do século XXI*, São Paulo, Fundação Seade, 1992.

GOTTDIENER, M. *The social production of urban space*. Austin, University of Texas Press, 1985.

JANNUZZI, P.M. "Inserção ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho paulista e metropolitano: uma análise a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991". *Anais do II Encontro Nacional sobre Migração*, Ouro Preto, MG, ABEP, novembro de 1999.

_____. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Autores Associados, 2000.

LAGO, L.C. *Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na metrópole do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), USP, 1998.

LOPES, J.B. & GOTTSCHALK A. "Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, n. 1, 1990.

MAGALHÃES, M.V. *O Paraná e as migrações: 1940 a 1991*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG, 1996.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARTINE, G. "Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?". In: H. Moura (org.), *Migração interna – textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

_____. "A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80". *Texto para Discussão*, Brasília, IPEA, n. 329, 1994.

MARTINE, G. & NEUPERT, R. "A produção da ABEP na área de migrações internas". In: E. Berquó, E. (org.), *ABEP – a primeira década: avanços, lacunas e perspectivas*, Belo Horizonte, ABEP, 1988.

MARTINE, G. & PELIANO, J.C. "Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas". In: H. Moura (org.), *Migração interna – textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MATA, M. et al. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

MEDICI, A.C. "Notas interpretativas sobre a variável 'renda' nos Censos Demográficos". In: ABEP, *Censos, consensos, contra-sensos*, Ouro Preto, ABEP, 1984.

MERRICK, T.W. & GRAHAM, D. *População e*

desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1996.

PACHECO, C.A. & PATARRA, N. "Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?". In: N.L. Patarra et al., *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*, Campinas, Instituto de Economia, 1997.

ROCHA, S. "Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80". *Boletim Conjuntural*, n. 12, jan. 1991.

ROLNIK, R., KOWARICK, L. & SOMEKH, N. (orgs.). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo, Nobel, 1990.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

SOUZA, J., BRITO, F. & CARVALHO, J.A. "Análise de coortes de imigrantes: um exercício metodológico na tentativa de se avaliar a seletividade da reemigração". *Anais do II Encontro Nacional sobre Migração*, Ouro Preto, MG, ABEP, 1999.

Abstract

The São Paulo Metropolitan Area (SPMA), in Brazil, suffered a series of transformations in the last decade, as the strong interruption of its population growth. In this article we intend to show that the reduction of the flow of migration, in the regional demographic dynamic has as parallel the precariousness and the instability of working conditions of the population and specifically the migrant who less and less can insert itself in the sectors most active of the economy. The evidences empirical of National Research of Sample for Domiciles (PNAD) of 1992, 1995 and 1998 constitute a wide and up to dated list of trends migratory of the area, besides to contribute for a discussion extremely important, that will be able to help to desmistify the impact and the consequences of the migration for the region, that according to common sense are considered negatives, particularly in relation to the job market.